



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright © 2019

ISSN 1887-4606

Vol. 13(1) 04-28

www.dissoc.org

Artículo

**Ideologias linguísticas no estudo do
discurso**

**Educação inclusiva e questões
contemporâneas**

*Language ideologies in the study of discourse:
inclusive education and contemporary issues*

Izabel Magalhães

Universidade Federal de Goiás

Universidade de Brasília

Resumo

Este artigo tem o objetivo de debater o conceito de ideologia linguística no contexto contemporâneo de superdiversidade, em que diferentes escalas organizam o uso linguístico. Adotando uma perspectiva de aproximação entre a sociolinguística crítica e a análise de discurso crítica, são analisados exemplos que incluem textos online (WhatsApp, Campanha “O Verde É Nosso”) e offline (Entrevista com a mãe de uma estudante com deficiência, Carta anônima, “Aprendendo a receber”, Sugestão à Constituinte), além da discussão de uma trajetória textual que exemplifica três diferentes gêneros discursivos da educação inclusiva. Esses gêneros formam o corpus principal a ser analisado no artigo. Optou-se por uma abordagem que considera múltiplas escalas na produção discursiva situada de práticas sociais contemporâneas, em que se podem encontrar intolerância e desigualdade social (inclusive de gênero social), mas também um alinhamento com a mudança social relacionada ao direito da população ao bem-estar ambiental, contra interesses neocapitalistas, e uma atitude de liderança política feminina. Nossa principal conclusão é que as ideologias linguísticas devem ser investigadas em contextos sociais diversificados, pois elas podem esclarecer tanto a reprodução quanto a mudança social.

Palavras-chave: ideologia linguística, sociedade textualmente mediada, escala, texto online/offline, práticas sociais contemporâneas.

Abstract

This article aims at debating the notion of language ideology in the contemporary context of superdiversity, in which different scales organize language use. Adopting a perspective of dialogue between critical sociolinguistics and critical discourse analysis, we analyze examples that include online texts (WhatsApp, Campaign “The Green Is Ours”) and offline texts (Interview with the mother of a student with disability, an anonymous letter, “Learning to be a hostess”, a suggestion to the National Constitutional Assembly), in addition to the discussion of a textual trajectory that exemplifies three different genres. These genres are the main corpus to be analyzed in the article. We chose an approach that considers multiple scales in the situated discourse production of contemporary social practices, in which one can find intolerance and social inequality (including gender inequality), but also an alignment with social change related to the population’s right to environmental well-being, against neocapitalist interests, and an attitude of political leadership by women. Our main conclusion is that language ideologies should be investigated in diverse social contexts because they can clarify social reproduction and change.

Key words: language ideology, textually mediated society, scale, online/off-line text, contemporary social practices.

Introdução

Embora a Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) esteja ancorada nos conceitos de discurso, poder e ideologia, seus analistas evitam relacionar a discussão da ideologia com a abordagem teórica conhecida na literatura como Ideologia Linguística, e, de fato, o conceito geralmente é discutido por sociolinguistas sob a influência da Linguística Antropológica (Schieffelin, Woolard, Kroskrity, 1998). Entretanto, com a instabilidade trazida pela globalização econômica e sociocultural e a desigualdade no prestígio internacional das línguas (Phillipson, 1992), esse é um conceito que precisa ser debatido por linguistas de todas as correntes e matizes.

Phillipson (1992: 47) discute a dominação da língua inglesa no mundo, definindo o que ele denomina “imperialismo linguístico”:

Uma definição operacional do imperialismo linguístico do inglês é que a dominância do inglês seja afirmada e mantida pelo estabelecimento e pela reconstituição contínua de desigualdades estruturais e culturais entre o inglês e outras línguas. Aqui *estrutural* refere-se, amplamente, a propriedades materiais (por exemplo, instituições, alocações financeiras), e *cultural*, a propriedades imateriais ou ideológicas (por exemplo, atitudes, princípios pedagógicos (Phillipson, 1992: 47).¹

Como diz esse pesquisador, existe uma relação entre aspectos materiais das práticas sociais e aspectos simbólicos ou ideológicos. Assim, as desigualdades econômicas, políticas e sociais podem ser mantidas ou transformadas por ideologias linguísticas.²

Sobre a mundialização dos processos econômicos, sociais e culturais, Fairclough (2006) aponta que existem vários discursos da globalização. De fato, cabe fazer referência à superdiversidade contemporânea nas práticas sociais do tipo mosaico³ (Vertovec, 2007; Fairclough, 2016). O debate sobre a superdiversidade atual destaca o conceito de recursos linguísticos, ou multissemióticos, tornando obsoleto o conceito de língua, no sentido de um sistema gramatical autocontido. As novas diversidades podem abordar padrões de migração transnacional (De Fina et al., 2017; Blommaert, Rampton, 2011), interseccionalidade, em relação ao gênero social (Menard-Warwick, 2009), ou em relação às pessoas com deficiência (Martin, 2012). Conforme Martin-Jones e Martin (2017: 8) registram: “Outros observam que as vizinhanças urbanas, em particular, tornaram-se cada vez mais diversas, e, nesses espaços, há “um entrelaçamento de diversidades” (Martin-Jones, Gardner, 2012: 7), em que novos repertórios comunicativos se desenvolvem.” Como nota Blommaert (2010), essas novas diversidades são reais e virtuais (Barton, Lee, 2013).

Neste trabalho, nosso propósito é debater o conceito de ideologia linguística no contexto contemporâneo de superdiversidade, em que diferentes níveis, dimensões ou escalas organizam o uso linguístico, assim como as expectativas de falantes em relação a esse uso, construindo diferentes discursos e padrões de normatividade (Blommaert, 2010). Nesse debate, é fundamental o conceito de ideologia linguística, ou semiótica, para explicar a “ligação mediadora entre formas sociais e formas de falar” (Schieffelin, Woolard, Kroskrity, 1998: 3). Entendemos as formas de falar como textos na perspectiva de uma sociedade como a brasileira na contemporaneidade, uma sociedade textualmente mediada *online* e *offline*.

Para Fiorin (1998), a linguagem é muito complexa, podendo ser examinada de diversas formas. “Por isso, dizer que a linguagem sofre determinações sociais e também goza de uma certa autonomia em relação às formações sociais não é uma contradição” (Fiorin, 1998: 8-9). Recomenda o linguista brasileiro cuidado em relação à linguagem, pois não se deve tê-la como “totalmente desvinculada da vida social, nem perder de vista sua especificidade, reduzindo-a ao nível ideológico” (Fiorin, 1998: 9).

Cabe lembrar, entretanto, o comentário de Konder (2002):

[...] independentemente do maior ou menor alcance do seu valor operatório em diferentes campos do trabalho científico, *o conceito de ideologia, em seu significado “forte” trouxe para o pensamento contemporâneo a exigência de se defrontar com uma questão crucial, inescamoteável, extremamente instigante, que o obriga a um autoquestionamento radical e o desafia a uma auto-renovação dramática* (Konder 2002: 11-12 [itálico no original]).

Seguindo o comentário de Konder (2002), acreditamos que o debate sobre ideologia seja extremamente atual e necessário.

Conforme Konder (2002), o conceito de ideologia tem uma longa história, remontando à época de Napoleão Bonaparte. Em 1801, De Tracy publicou o livro *Elementos de ideologia*, em que “concebia a *ideologia* como uma nova disciplina filosófica que devia incorporar os resultados mais significativos de todas as outras” (Konder, 2002: 21-22). De Tracy e seus associados, denominados *ideólogos*, foram considerados incômodos por Napoleão, que passou a persegui-los (Thompson, 1990). Nessa época, portanto, o termo ideologia entrou para a história com um sentido negativo.

O conceito de ideologia pode ser definido de duas formas (Thompson, 1990). A definição neutra defende que ideologias são “sistemas simbólicos ou de crenças que pertencem à ação social ou à prática política” (Magalhães, 2003: 25). Nesse sentido, há ideologias nos partidos políticos de modo geral, “sem implicar que esses fenômenos sejam necessariamente enganosos, ilusórios ou que estejam alinhados com os interesses de um grupo particular” (Thompson, 1990: 53). Nessa abordagem, o conceito de ideologia não é

necessariamente negativo, precisando ser eliminado. Em nossa percepção, essa ampliação do conceito é problemática, com o risco de esvaziamento.

Ao contrário do conceito neutro, o conceito crítico considera a ideologia “enganosa, ilusória ou unilateral” (Thompson, 1990: 54). As abordagens críticas podem variar segundo os “critérios de negatividade” a elas associados (Thompson, 1990: 54). Napoleão, Marx e Mannheim (em sua concepção restrita), apesar de suas diferenças, compartilham a ideia de que “a ideologia é negativa e um fenômeno que se deve criticar” (Magalhães 2003: 26). Napoleão considerava a ideologia negativa, no sentido de ideias errôneas e enganosas, apartadas da realidade política. Marx, em sua concepção polêmica, defendia os critérios de negatividade, mas em lugar de atacar a ciência das ideias de De Tracy, criticou os Jovens Hegelianos. Já em sua concepção “epifenomênica”, Marx atacou a “classe dominante” (Thompson, 1990: 55). Na concepção latente, Marx considera a ideologia um sistema de representações que ocultam relações de poder, contribuindo para mantê-las como são. Na concepção restrita de Mannheim, os critérios de negatividade são semelhantes aos de Napoleão e da concepção polêmica de Marx.

Thompson favorece o conceito crítico, pois defende que “estudar a ideologia é estudar as formas em que o significado serve para estabelecer e manter relações de dominação” (Thompson, 1990: 56). Porém, para compreender a ideologia dos fenômenos simbólicos, não devemos considerá-los separados dos contextos sociohistóricos, pois só aí esses fenômenos “podem, ou não, servir para estabelecer e manter relações de dominação” (Thompson, 1990: 56).

O conceito de ideologia teve grande impacto nos estudos da linguagem; por exemplo, na obra de Blommaert (1999), *Language ideological debates*. Sob a égide do conceito crítico, o estudo de ideologias linguísticas, que se desenvolveu na década de 1990, foi influenciado pelo pós-estruturalismo (Gal, Woolard, 1995; Schieffelin, Woolard, Kroskrity, 1998; Blommaert, 1999). Essas pesquisas, além de relacionar unidades linguísticas a unidades sociais, examinavam “como recursos linguísticos e formas de falar particulares foram associados a categorias sociais simplificadas e essencialistas (por exemplo, categorias de etnia e gênero social) ou como as línguas foram ligadas a populações inteiras” (Martin-Jones, Martin, 2017: 4). Nesse debate, Makoni e Pennycook (2007) defendem uma pesquisa crítica, histórica, que explique “os processos discursivos envolvidos na classificação, na nomeação e na invenção das línguas” (Martin-Jones, Martin, 2017: 5), propondo um projeto de “desinvenção” das línguas. Falar de recursos linguísticos aponta para outra organização que é situada e ultrapassa a concepção tradicional de língua (Schieffelin, Woolard, Kroskrity, 1998). No contexto contemporâneo híbrido da cultura popular urbana, há um consenso cada vez maior de que “é mais útil falar de recursos linguísticos do que falar

de 'línguas', e explicar a gama completa de atividades comunicativas humanas" (Martin-Jones, Martin, 2017: 5).

Cabe, portanto, defender um olhar sobre ideologias linguísticas no estudo do discurso. Entendemos discurso aqui no seu sentido de linguagem ou semiose em uma perspectiva específica (Fairclough, 2009). Essa concepção de uso linguístico ou semiótico posicionado tem pontos em comum com a sociolinguística de Gumperz (1982) e Hymes (1996). É conhecido que a sociolinguística, de modo geral, e principalmente a sociolinguística quantitativa, não tem investigado o uso linguístico posicionado em relações assimétricas de poder. Entretanto, é preciso desenvolver novas lentes que possam explicar questões contemporâneas que envolvam mobilidade, trajetória, multimodalidade.

Sociedade textualmente mediada *online* e *offline*

Considerando a atual visibilidade do conceito de texto, é possível dizer que a sociedade brasileira contemporânea é textualmente mediada. Para isso, contribuíram os processos de mudanças nas práticas sociais e o desenvolvimento da informatização na sociedade. Os exemplos que discutiremos na seção "Análise textual de ideologias linguísticas", são de mediação textual *offline*; contudo, nesta seção, comentaremos brevemente a campanha "O Verde É Nosso", que defende a desapropriação de uma área de loja na Superquadra Sul 207, de Brasília, realizada por um grupo de residentes da própria quadra e de quadras vizinhas em reuniões no gramado logo atrás da área, em textos de uma página do *Facebook* e em discussões no *WhatsApp*. Como participamos de uma das primeiras reuniões, entramos no grupo do *WhatsApp*, e, portanto, acompanhamos diversos momentos da campanha. Portanto, os exemplos que comentaremos são de mensagens veiculadas nesse grupo. Esses são textos que defendem a preservação de espaços arborizados na cidade, posicionando-se contrariamente aos poderosos interesses de empresas da construção civil.

O conceito de sociedade textualmente mediada foi introduzido por Smith (1990), relacionando-se às sociedades modernas, que desenvolveram práticas sociais complexas, frequentemente organizadas em contextos mundiais e dependentes de teorias e de "tecnologias de mediação" (Chouliaraki, Fairclough, 1999: 42). Não cabe aqui discutir se o conceito de modernidade é ou não adequado às sociedades do sul global. Sousa Santos (2010, p. 76) nota que o "paradigma cultural da modernidade constituiu-se antes de o modo de produção capitalista se ter tornado dominante e extinguir-se-á antes de este último deixar de ser dominante." De qualquer forma, o conceito de modernidade associa-se aos países capitalistas centrais.

A recorrência a teorias nessas sociedades é um aspecto ligado à reflexividade, “uma capacidade aumentada para usar o conhecimento sobre a vida social para transformá-la” (Chouliaraki, Fairclough, 1999: 15). A reflexividade é tida como uma característica da sociedade moderna posterior. Por exemplo, Giddens (1991) destaca a reflexividade em sua discussão sobre a modernidade posterior, e Beck, Giddens, Lash (1994) referem-se à “modernidade reflexiva”.

Outra característica das práticas sociais modernas é o uso de tecnologias de mediação, como em textos escritos (a carta anônima que analisaremos adiante), conversas ao telefone, por e-mail ou via *WhatsApp*. Vamos considerar o caso do *WhatsApp*, que possibilitou o aparente sucesso da campanha “O Verde É Nosso”. A campanha ainda não terminou, pois o objetivo é transformar o terreno em um jardim após a desapropriação a ser executada pelo poder público. Como diz uma das líderes do grupo, que foi eleita prefeita da quadra como reconhecimento por seu trabalho à frente do grupo:

(1) No material que vocês deixaram comigo, havia um folheto, verde, que diz que a área foi decretada pública e pede desapropriação já. Entregamos ontem para o pessoal que passava caminhando ou de bicicleta. Vou guardar tudo com carinho. Ali tem tudo desde o início. Se Deus quiser, vamos devolver o material, cuja página final terá a foto de um jardim.

Em seguida, a autora da mensagem reproduz o que parece ser a capa do folheto, que também foi divulgado na página do grupo no *Facebook*:

(2) (foto de pessoas no local em frente à obra)
DESAPROPRIA JÁ
O GDF já decretou a utilidade pública da área verde da esquina da Comercial 207 Sul. Cobramos a imediata desapropriação do lote e a liberação da calçada para o cidadão. Acesse, curta e participe do movimento
www.facebook.com/overdeenosso/
O VERDE É NOSSO

Em (1), a informação de que “a área foi decretada pública” e o pedido de “desapropriação” já eram do conhecimento do grupo. A informação nova é que o folheto da campanha foi entregue às pessoas que passavam pelo local ou que se exercitavam em suas bicicletas. Nesse caso, temos unidades linguísticas (“Entregamos ontem para o pessoal que passava caminhando ou de bicicleta”) associadas a unidades sociais: o ato de se deslocar até o local e distribuir o material da campanha às pessoas. Será que seria suficiente essa associação para caracterizarmos a frase como ideologia linguística? Certamente que não. Aqui é fundamental trazermos para a discussão o contexto da campanha “O Verde É Nosso”, em que a ganância de lucro do

grande capital ignora as necessidades de espaço e de lazer da população de Brasília, em uma relação de profunda desigualdade social.

Trata-se claramente de uma reação reflexiva da população contra uma situação em que ela é desfavorecida. Temos, então, um ato de escrita, mediado pela tecnologia, que é essencialmente político. Em um artigo de 2013, discutimos atos de leitura e atos de escrita em termos de “agenciamento” (Magalhães, 2013): esse é um ato político oriundo da força de resistência da população contra o grande capital neoliberal, uma força agenciadora em defesa das necessidades da população.

Portanto, existe uma relação indissociável entre o uso de recursos linguísticos, ou sociossemióticos, e relações sociais com assimetria de poder, que se tornam claras com a análise do contexto social. Nesse sentido, a aproximação entre ADC e Sociolinguística Crítica, que defendemos neste artigo, é muito pertinente, pois ambas podem desenvolver-se com a análise dos processos de manutenção do poder. A análise do Exemplo 1 esclarece que esses são processos linguísticos ideológicos.

Na sequência, a autora da mensagem expressa seu engajamento político com a campanha, ao comentar que vai “guardar tudo com carinho”, pois o folheto é a matéria viva, real, da campanha, contendo toda a sua história desde o início. A avaliação da campanha é realizada aqui com a expressão de afeto (White, 2011), podendo ser entendida como um ato ideológico de resistência.

Em (2) tem uma relação intersemiótica com o Exemplo 1, reafirmando a proposta da campanha com a cor verde, e manifestando um ato de escrita política, que é de natureza ideológica, pois a ideologia atua tanto no sentido da manutenção das relações assimétricas de poder, como na luta pela mudança nessas relações: “Cobramos a imediata desapropriação do lote e a liberação da calçada para o cidadão”. “Cobrar” é um ato agenciador de um sujeito político, que se mantém incansavelmente alerta, sem descanso, até que o governo do Distrito Federal execute a desapropriação da área. A campanha, combinando o uso de tecnologias de mediação, como a escrita, o *WhatsApp* e o *Facebook*, e também recursos sociossemióticos ideológicos, ganha um tom dramático com um subsequente efeito de impacto *em ondas*, mais imediatamente no grupo, e também na população de Brasília.

Ideologias linguísticas em discursos contemporâneos

Destacam-se nos discursos contemporâneos aspectos como a relação entre diferentes escalas, a mobilidade de atores sociais e de textos e suas trajetórias, e, não menos importante, os múltiplos modos de comunicação, referidos amplamente com o termo multimodalidade (Kress, 2010). Uma tendência nos estudos contemporâneos da linguagem e do discurso é a pesquisa de diferentes escalas (por exemplo, Creese, Takhi, Blackledge, 2017). Esses

investigadores adotaram uma abordagem etnográfica em diversos locais, comparando estudos de caso em que evitaram “o ponto de vista único do(a) pesquisador(a) solitário(a), e, em lugar disso, trabalharam com pontos de vista coexistentes e, às vezes, em competição” (Creese, Takhi, Blackledge, 2017: 203).

Fairclough (2001) comenta sobre diferentes escalas no estudo do discurso: global, nacional, regional, local. Blommaert (2005) analisa uma carta redigida por uma adolescente africana e dirigida a ele, na Bélgica, em termos de diferentes regimes de recepção ligados a diferentes *ordens de indexicalidade*.

[Ordens de indexicalidade são] significados sistemicamente reproduzidos, estratificados, frequentemente denominados “normas” ou “regras” linguísticas específicas (exemplo, a variedade “padrão”, de prestígio, a maneira “usual” de ter uma conversa com meus amigos e amigas, etc.) (Blommaert 2005: 73).

Embora advenham de reflexão derivada da antropologia linguística estadunidense, essas são ordens semelhantes às ordens do discurso introduzidas por Foucault (1996) e apropriadas por Fairclough (2016). As ordens de indexicalidade influenciam a produção e a leitura de textos, pois são sociais, ligadas à condição social das pessoas em termos de classe social, raça, gênero e geração; bem como às diferentes escalas de produção e recepção textual. Portanto, a carta escrita em inglês, de acordo com Blommaert (2005), tem uma leitura diferenciada na África e na Europa.

É certo que fazemos restrições à crítica feita por Blommaert (2005) à Análise de Discurso Crítica (Magalhães, 2017), mas valorizamos as contribuições desse autor para o debate sobre globalização e linguagem. Em obra posterior, Blommaert (2008) analisa o letramento informal, no contexto da globalização. Citamos o seguinte trecho dessa obra, que consideramos muito pertinente para o estudo de textos contemporâneos:

O que é correto em uma sociedade torna-se um erro em outra; o que é escrita perfeitamente apropriada em um lugar torna-se um sistema de signos sem significado em outro. Os textos podem viajar facilmente, mas o sistema de uso, valor e função em que eles foram produzidos geralmente não viaja com eles. A globalização impõe uma nova estrutura em nossa análise: enfrentamos, agora, a tarefa de elaborar uma etnografia, não de uma localidade, mas de uma transferência, de mobilidade – não de um produto, mas de um processo, e não de uma comunidade descrita “ecologicamente”, mas de comunidades (Blommaert 2008: 6).

Na campanha “O Verde É Nosso”, participaram da interação *online* membros do grupo que se encontravam no exterior e outros que estavam viajando no próprio país. Porém, o ponto de interesse na discussão de Blommaert (2008) é o processo interpretativo variável dos textos em diferentes comunidades.

Um exemplo seriam as diferentes interpretações do letramento informal de adultos em processo de alfabetização (Magalhães, 2012).

As diferentes escalas que afetam a produção e a recepção textual são relevantes na perspectiva de mundialização cultural, e Blommaert (2005) chama atenção para isso. Por exemplo, a campanha “O Verde É Nosso”, mesmo tratando de um tema muito valorizado na Europa, possivelmente seria conduzida de forma diferente da forma como vem sendo conduzida em Brasília; por conseguinte, a leitura dos textos produzidos na campanha teria de ser acompanhada de notas explicativas para fazer sentido na Europa. Mesmo considerando a semelhança do neocapitalismo nos diversos países do mundo, como sugere Souza (2015), há grandes diferenças entre eles; por exemplo, em relação às normas de construção. Pelo plano urbanístico de Brasília, as pontas de quadra comerciais devem ser exploradas por construções de interesse da comunidade, como restaurantes, mas isso tem sido desrespeitado (por exemplo, na Superquadra Sul 216, foi construído um prédio de salas para alugar).

Trajetória textual na educação inclusiva

Um caso que nos interessa aqui é o da educação especial, em que uma perspectiva de análise chama nossa atenção: a trajetória textual envolvendo as escalas global, nacional e local. O Brasil participou de conferências internacionais, como a de Jomtien, na Tailândia, em 1990, e a de Salamanca, na Espanha, em 1994. Nessas conferências, o Brasil assinou protocolos internacionais, como a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, assinada na Conferência de Jomtien.⁴ Na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, foi assinada a Declaração de Salamanca, que tratou de políticas e práticas de educação inclusiva.⁵ Por exemplo, esse último documento diz o seguinte, em sua página inicial:

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

Com esses compromissos internacionais, o Brasil desenvolveu uma política de educação especial inclusiva. Em 2008, o governo federal lançou a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, que foi elaborada por um Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial

No. 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria No. 948, de 9 de outubro de 2007.⁶ O objetivo dessa política é:

o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.⁷

Destacamos, aqui, os grupos nominais “acesso”, “participação” e “aprendizagem dos alunos com deficiência”, que explicitam o compromisso do Estado com a educação das pessoas com deficiência. Além desse compromisso, destacamos também o compromisso com a “formação de professores para o atendimento educacional especializado”. Essas são garantias louváveis do governo federal; no entanto, há diversos questionamentos de professores e professoras a respeito do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da formação de docentes para esse atendimento (Magalhães, 2012).

Anteriormente, a Resolução CNE/CEB, No. 2, de 11 de setembro de 2001, já havia estabelecido diretrizes e normas para a educação especial. Dessa forma, é clara a mudança da legislação brasileira na educação especial após as conferências internacionais de Jomtien (1990) e de Salamanca (1994).

As práticas de letramento significam grandes desafios na educação especial, contribuindo para um processo de sedimentação de determinadas ideologias linguísticas. Nas práticas de letramento escolar, conforme Street (2014), comentaremos três gêneros discursivos: leis, ensaios acadêmico-científicos e projetos pedagógicos. Com relação a leis, analisaremos a Resolução CNE/CEB No 2, de 11 de setembro de 2001.

No artigo “Atendimento Educacional Especializado (AEE): gêneros discursivos e letramento” (2016), nós elaboramos análises que apresentaremos a seguir. Essas análises são reproduzidas aqui por estarem em sintonia com a ideia que estamos desenvolvendo de uma trajetória textual entre as escalas global, nacional e local. Nessa trajetória textual, percebe-se um modo particular de educação inclusiva, que foi adotado pelo Estado brasileiro e é reproduzido na escala local. Nos textos que serão analisados, há

ideologias linguísticas que, de modo semelhante aos exemplos da campanha “O Verde É Nosso”, podem reafirmar desigualdades educacionais.

Os gêneros discursivos são ligados à prática social. A prática, de acordo com Harvey (1996), é formada dos seguintes momentos: discurso, relações sociais, poder, instituições, crenças e valores culturais. Como as variedades linguísticas, os gêneros discursivos podem variar de três maneiras: quanto ao tema, à estrutura e ao estilo (Bakhtin, 1997). Conforme Bakhtin (1997), os gêneros discursivos têm um papel fundamental, comparável à gramática, na organização de nossa fala ou escrita. Como se sabe, Bakhtin (1997) foi um dos pioneiros das pesquisas sobre gêneros discursivos.

Miller (2012: 39), outra pesquisadora dos gêneros discursivos, ressalta a “tipificação em grande escala da ação retórica”. Para a autora, os gêneros estão ligados ao contexto e à prática social, derivando daí seus significados. A definição de Miller (2012) associa-se à de Fairclough (2003: 65), para quem os gêneros podem ser entendidos como “o aspecto especificamente discursivo de formas de ação e de interação no curso dos eventos sociais”. Para o autor (2003: 69), os gêneros discursivos ligados a uma “rede particular de práticas sociais” constituem um “potencial” a que usuários da língua recorrem em interações e textos.

Gêneros discursivos e letramentos são situados em “práticas discursivas de letramento” (Magalhães, 2012). Nessas práticas, os gêneros são “modos semióticos de ação e de interação” (Fairclough, 2009: 164). Os gêneros podem ser hibridizados, o que significa a incorporação de determinados gêneros por outros, ocorrendo atualmente o que Fairclough (2003: 31) denomina “cadeia de gêneros”. Esse é um conceito relevante para se falar de gêneros distintos que se ligam regularmente, com transformações de um gênero a outro. Nessa cadeia de gêneros, as ideologias linguísticas contribuem para sedimentar significados sobre a educação inclusiva.

Nos gêneros que irei analisar na educação especial – lei, artigo acadêmico-científico e projeto pedagógico –, é válido dizer que se trata de uma cadeia de gêneros. Cabe, também, esclarecer que, embora haja uma distinção entre gênero e texto, é possível analisar textos como exemplos da tipificação retórica dos gêneros.

Texto 1 – Resolução CNE/CEB no. 2 (11/9/2001)

Art. 1 A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na educação básica, em todas as suas etapas e modalidades.

Art. 2 Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

No texto, destaco as orações “que apresentem necessidades educacionais especiais” e “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos”. Há aqui uma caracterização dos estudantes a que se refere a Resolução e o estabelecimento de obrigatoriedade às escolas, que, de acordo com a Resolução, estão proibidas (modalidade deontica, que significa obrigação – “devem”) de recusar matrícula a essa clientela.

Texto 2 – Artigo acadêmico-científico

Existem características diferentes que cercam as possibilidades de inclusão das pessoas com deficiência/necessidades educacionais especiais?

- Dificuldades em Estratégias de aprendizagem metacognitivas;
- Dificuldades para planejar, organizar e controlar o desenvolvimento de uma tarefa;
- Desatenção com ou sem Hiperatividade;
- Falta de habilidade para generalizar/transferir o aprendizado;
- Necessidade de linguagens e códigos diferentes, como LIBRAS e Braille;
- Ausência ou dificuldades no desenvolvimento da linguagem;
- Situação Social de Desenvolvimento peculiar;
- Família: da rejeição à superproteção;
- Ambientes Sociais desfavoráveis (os diferentes são percebidos como estranhos, o que pode acarretar preconceito, estigma e exclusão).

(Holanda, Batista 2008: 53-60)

No início do texto, encontra-se uma pergunta que, como no Texto 1, busca caracterizar didaticamente a clientela da educação especial, que é objeto da inclusão nas escolas. É esse aspecto que estabelece uma cadeia com o texto que corresponde ao gênero lei.

A linguagem do texto explora aspectos que contribuem para reforçar estereótipos pelo uso de nomes e adjetivos que traçam um perfil problemático para as pessoas com deficiência (Figura 1).

FIGURA 1 – CARACTERIZAÇÃO LINGUÍSTICA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA POR UMA PSICÓLOGA

NOMES	ADJETIVOS
DIFICULDADES	PECULIAR
DESATENÇÃO	DESFAVORÁVEL
FALTA DE HABILIDADE	
NECESSIDADE DE LINGUAGENS	
AUSÊNCIA DA LINGUAGEM	
REJEIÇÃO/SUPERPROTEÇÃO DA FAMÍLIA	

(Magalhães, 2016)

É possível argumentar que a padronização linguística faz parte da linguagem científica e pode facilitar o diagnóstico da deficiência. No entanto, certamente esse tipo de linguagem rotula e desumaniza as pessoas com deficiência. Por exemplo, por que a família reduz-se a rejeição ou superproteção? Conhecendo

diversas famílias de estudantes com deficiência nesta pesquisa,⁸ não observei rejeição, nem superproteção, e sim cuidado, que não é a mesma coisa que superproteção.

(3) Nesta entrevista, com a mãe de uma estudante com deficiência de 20 anos, no CAEE 1, a mãe, Omezina, fala sobre cuidado. Omezina (O), de 57 anos, dona de casa, proveniente de Redenção, no interior do Ceará, com o 2º ano do Ensino Fundamental, diz o seguinte.

P – Hoje, quais são seus cuidados com sua filha?

O – Cuidado é que-e/ não anda só, né? Sempre acompanhada. Os cuidado que a gente tem que ter é esse mesmo.

Provavelmente, Omezina consideraria, no mínimo, estranho, que alguém a qualificasse de superprotetora, pois ela justifica o cuidado com a filha mediante a modalidade de obrigação necessária pelas circunstâncias, “a gente tem que ter”. Como deixar a filha sair sozinha e ser vítima de maus-tratos e até estupro? Esse cuidado, longe de ser superproteção, sinaliza o engajamento da mãe com a responsabilidade de cuidar de uma filha que não sabe se defender.

Texto 3 – Projeto Pedagógico

No intuito de alcançarmos o objetivo do Atendimento Educacional Especializado que visa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras, com o objetivo de favorecer a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas, elaboramos um plano de ação no qual poderemos adequar e produzir materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as especificidades dos aprendentes.

(“Projeto Experimental”, CAEE 1 2009)

Há nesse texto um alinhamento com o Texto 1 e o 2, pois já na primeira linha o texto propõe o “intuito” de alcançar o objetivo da lei da inclusão ligado ao Atendimento Educacional Especializado, que visa a promoção de atividades didático-pedagógicas para estudantes com deficiência, que sejam complementares às atividades da escola regular.

Naturalmente, a cadeia intertextual pode não significar uma cadeia de gêneros, mas como eu disse anteriormente, minha perspectiva é de estudar textos como exemplos de gêneros discursivos, então os três textos são representantes dos gêneros lei, artigo acadêmico-científico e projeto pedagógico. Esses textos, sem dúvida, trazem características dos citados gêneros, em termos de propósito, estrutura e estilo.

FIGURA 2 – CARACTERÍSTICAS DOS GÊNEROS LEI, ARTIGO ACADÊMICO-CIENTÍFICO E PROJETO PEDAGÓGICO

	PROPÓSITO	ESTRUTURA	ESTILO
LEI	CRIAR NORMAS	ARTIGOS NUMERADOS	USO DE M. DEÔNTICA
ART.	DESC. FATO CIENT.	CLASSIFICAÇÕES	OPOSIÇÕES BINÁRIAS
PROJ.	ADAPT. PEDAG.	OBJETIVOS/METAS	PLANO DE AÇÃO

(MAGALHÃES 2016)

Essas características podem ser encontradas nos três textos:

Propósito

Texto 1: “A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais...” O propósito é estabelecer normas nacionais para a educação de pessoas com deficiência.

Texto 2: “Existem características diferentes que cercam as possibilidades de inclusão das pessoas com deficiência/necessidades educacionais especiais?” O propósito é apresentar as diferentes características das pessoas com deficiência.

Texto 3: [...] “elaboramos um plano de ação” [...] O propósito do projeto pedagógico foi elaborar um conjunto de ações que permitissem adequar a lei às especificidades dos(as) estudantes.

Estrutura

Texto 1: A Resolução subdivide-se em artigos numerados. No texto, estão os artigos 1 e 2.

Texto 2: A estrutura aqui faz parte do gênero acadêmico-científico, apresentando uma classificação das pessoas com deficiência, de tal forma a construir um perfil que seja facilmente entendido com vistas à avaliação dos pedidos de matrícula no ensino inclusivo.

Texto 3: No texto, a estrutura relaciona-se à apresentação de objetivos/metasp com atividades propostas para sua concretização.

Estilo

Texto 1: A Resolução explora o uso da modalidade deôntica, com processos verbais ligados a obrigação e proibição: dever, poder, etc.

Texto 2: O texto da psicóloga adota o uso de oposições binárias, que toma um comportamento tido como “normal” e outro considerado “anormal”: por

exemplo, na oposição “presença da linguagem” vs. “ausência da linguagem”. A ausência da linguagem caracteriza a pessoa com deficiência.

Texto 3: Embora não apareça no texto, o formato aqui é de metas e atividades [...].

Os acordos celebrados nas conferências internacionais de Jomtien (1990) e de Salamanca (1994) foram fundamentais para a mudança na legislação brasileira sobre a educação de pessoas com deficiência. Por sua vez, a Resolução – Texto 1 (2001), o artigo acadêmico-científico – Texto 2, e o Projeto Pedagógico – Texto 3 representam as escalas nacional e local, sugerindo a mudança em processo na prática.

Temos, nesses textos, a manifestação de ideologias linguísticas em escalas distintas, em um movimento textual das declarações internacionais, às leis nacionais e ao contexto local do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE 1). Os significados dos diferentes textos são indissociáveis de um discurso e de uma prática social progressista de Direitos Humanos que se opõem à discriminação das pessoas com deficiência (Magalhães 2012). Alguns/mas profissionais da educação inclusiva são exemplos dessa prática ao se reportarem ao amor que dedicam a essas pessoas no complexo e desafiador cotidiano do AEE.

Entretanto, as ideologias linguísticas podem indicar desigualdades na educação inclusiva, como é o caso do texto 2, baseado em uma oposição entre ‘normal’ e ‘anormal’.

Análise textual de ideologias linguísticas

Nesta seção, propomos analisar ideologias linguísticas em três textos: uma carta anônima, um texto de auto-ajuda e uma sugestão enviada à Assembleia Nacional Constituinte. O que existe de comum entre eles é o foco em questões de interesse contemporâneo exemplificadas na manifestação de posições diferenciadas em relação ao Outro.

A carta foi deixada no escaninho do apartamento de um professor universitário (nome fictício: Paulo), que enfrentava um grave problema de seu filho adolescente. Paulo ficou indignado ao recebê-la sem ter a oportunidade de explicar o que se passava em sua casa. Ele nos explicou que a reclamação era justa, mas a forma como foi feita e a linguagem empregada sugeriam uma total intolerância a outros.

(4) *Carta anônima*

Data fictícia: 10/5/2004

Será que o senhor tem consciência de que o seu filho vem incomodando quase toda a comunidade do bairro??? Principalmente os vizinhos de cima de baixo dos lados e até mesmo moradores do prédio em frente??? Com certeza não deve ter, por que se tivesse um mínimo de respeito pela vizinhança, não permitiria que tocasse esse maldito instrumento o tempo todo ou a qualquer dia e horário, não respeitando nem o nosso descanso dominical!

Outro dia mesmo fomos acordados em plena 8h da manhã, ABSURDO!!! isso vem incomodando e tirando o sossego de todos ao seu redor, é uma tremenda falta de respeito com a comunidade que como o senhor mora aqui, por que paga suas taxas, solicito providências de sua pessoa, quanto a tal fato, caso isso não ocorra, vamos nos dirigir a prefeitura [do bairro] para uma reclamação formal! Existem regras para se conviver bem em comunidade, quem não respeita a vizinhança, tem que morar onde não tenha vizinhos!

[Sem assinatura ou qualquer identificação]

A oração “o seu filho vem incomodando” transforma o ato de tocar, que tem início e fim, em algo contínuo. O que se segue é uma sequência que se refere aos efeitos do som de uma guitarra, de forma crescente, o que pode ser interpretado como um mascaramento da realidade (“quase toda a comunidade do bairro”, “os vizinhos de cima de baixo dos lados e até mesmo moradores do prédio em frente”). O período seguinte é um ataque ao professor, em que não faltam toques irônicos: “Com certeza não deve ter (consciência), por que se tivesse um mínimo de respeito pela vizinhança, não permitiria que ele tocasse”. A crítica ao pai, que atravessava um momento difícil, desconhece totalmente o que pode ocorrer a um jovem adolescente, pois o professor já proibira o filho de tocar guitarra em determinadas horas do dia. O uso da metáfora “esse maldito instrumento” pode tornar a reclamação inválida por seu teor de agressividade. Pode-se imaginar o grau de raiva do(a) autor(a) da carta, que nos faz supor que se, por acaso, ele(a) encontrasse a guitarra na frente provavelmente a quebraria em mil pedaços. Temos aqui a ideologia de “tocar guitarra”, que aponta para regras de convívio social e sua avaliação baseada em uma ordem do discurso dominada pela intolerância.

Além disso, a repetição de determinadas palavras contribui para o efeito manipulativo do texto: por exemplo, “não respeitando nem o nosso descanso dominical!” O pai e o filho são tratados como pessoas indesejáveis e desrespeitosas. Finalmente, cabe comentar a ameaça no último período: “solicito providências de sua pessoa, quanto a tal fato, caso isso não ocorra, vamos nos dirigir a prefeitura para uma reclamação formal!” A carta termina com uma generalização moralista, que reforça a caracterização anterior do pai e do filho como pessoas indesejáveis: “Existem regras para se conviver bem em comunidade, quem não respeita a vizinhança tem que morar onde não

tenha vizinhos!” Essa é uma estratégia ideológica que Thompson (1998) denomina “standardização” (Magalhães 2017).

A carta anônima, da mesma forma que os outros dois textos que analisaremos, usa a linguagem de uma forma fechada, com posições fortes, que, em momento algum, considera as situações, os desafios e os dilemas vivenciados por outros.

O texto que se segue foi extraído do livro de Gray (1995), *Homens são de Marte mulheres são de Vênus* (p. 65):

(5) Aprendendo a receber

Estabelecer limites e receber são muito amedrontadores para uma mulher. Ela está comumente com medo de precisar demais e então ser rejeitada, julgada, ou abandonada. Rejeição, julgamento e abandono são mais dolorosos porque bem no fundo do seu inconsciente ela acredita, erroneamente, que não é merecedora de receber. Essa crença se formou na infância a cada vez que ela tinha que reprimir seus sentimentos, necessidades ou desejos.

Uma mulher está particularmente vulnerável às crenças incorretas e negativas de que ela não merece ser amada. Se, enquanto criança, ela testemunhou abusos ou sofreu diretamente abusos, então ela está ainda mais vulnerável ao sentimento de ser indigna de ser amada; é mais difícil para ela determinar o próprio valor. Oculto em seu inconsciente, esse sentimento de desmerecimento gera o medo de precisar dos outros. Uma parte dela imagina que não será apoiada.

Como tem medo de não ser apoiada, ela afasta, sem saber, o apoio de que precisa. Quando um homem recebe a mensagem de que ela não acredita que ele vá satisfazer suas necessidades, então ele se sente imediatamente rejeitado e fica desmotivado. A desesperança e a desconfiança dela transformam suas necessidades válidas em expressões desesperadas de necessidade e comunicam a ele a mensagem de que ela não confia nele para ampará-la. Ironicamente, os homens são inicialmente motivados por serem necessários, mas ficam desmotivados pela necessidade.

Para Cameron (1995: 192): “Essa ideia de uma falta de comunicação incontornável entre os sexos é interminavelmente reciclada, frequentemente em termos mais ou menos misóginos”. Concordando com o comentário de Cameron (1995), faremos uma análise do texto de Gray (1995), de aconselhamento a homens e mulheres, conforme a Teoria de Avaliação de White (2011). Para White (2011), a avaliação pode ser por julgamento, apreciação ou afeto.

Nesse exemplo, apontaremos uma ideologia linguística que julga mulheres e homens, construindo as mulheres como seres frágeis, inseguros, e os homens como seres que transmitem apoio e segurança a elas. Esses julgamentos são mediados pelo significado das palavras: adjetivos, advérbios e grupos nominais. No primeiro parágrafo, “muito amedrontadores”, “comumente com medo”, “rejeitada, julgada, ou abandonada”, “rejeição, julgamento e abandono”, “mais dolorosos”, “não é merecedora de receber”. No segundo parágrafo, “particularmente vulnerável”, “abusos”, “mais

vulnerável”, “ainda mais vulnerável”, “indigna”, “mais difícil para ela”, “desmerecimento”, “medo de precisar”. No terceiro parágrafo, “medo de não ser apoiada”, “imediatamente rejeitado”, “desmotivado”, “desesperança e desconfiança dela”, “necessidades válidas”, “expressões desesperadas de necessidade”, “ironicamente”, “inicialmente motivados”, “necessários”, “desmotivados pela necessidade”.

Cabe registrar, ainda, o uso do tempo verbal presente do indicativo, que confere uma permanência ao julgamento de mulheres e homens; por exemplo, em “está comumente com medo” (no caso de mulheres) e “ficam desmotivados pela necessidade” (no caso de homens). Essas ideologias linguísticas constroem representações problemáticas para homens e mulheres de uma determinada perspectiva, ou seja, construindo um discurso de gênero conservador, ultrapassado, e que pode ser questionado com base em outra perspectiva (Magalhães, 2009).

As ideologias linguísticas contribuem para manter relações de poder entre homens e mulheres, entendidas em termos do conceito de *habitus*, de Bourdieu (1991), que explica o conjunto de disposições e a construção de percepções que organizam e definem a relação social entre homens e mulheres. Nessa relação, o polo de poder está na figura masculina, enquanto a figura feminina é construída socialmente sob a égide da fragilidade e da fraqueza. No entanto, essas disposições e percepções podem mudar, pois, como notam Chouliaraki e Fairclough (1999), a vida social é aberta.

(6) *Sugestão à Constituinte*

Para que tanta violência?

Por que pouca fraternidade?

Quero amor entre pessoas

O nosso trânsito deveria ser melhor.

Lembrete

Por que pessoas mais importantes, como senador e deputado, são tão orgulhosos?

Eu acho que eles pensam que estão com o rei na barriga.

(Serviço de Apoio Informativo à Constituinte/SAIC, 60702L005119)

Nesse exemplo, retirado de nossa pesquisa de sugestões de mulheres à Assembleia Nacional Constituinte de 1986 a 1988 (Magalhães, 1990), temos um texto que exemplifica o letramento informal (Seção 2). Apesar de ser um texto redigido em um estilo informal, apresenta características de uma linguagem política sofisticada. Além disso, traz uma perspectiva contrária ao exemplo anterior, manifestando o que venho denominando “protagonismo da linguagem” (Magalhães, 2017). Aqui há uma crítica contundente aos políticos brasileiros, formulada mediante perguntas retóricas e terminando com a metáfora sobre os políticos: “eu acho que eles pensam que estão com o rei na barriga”.

Cabe esclarecer que esse texto foi redigido por uma jovem entre 15 e 19 anos, uma mulher com capacidade de liderança, que adota uma posição radicalmente contra a figura feminina representada no exemplo anterior. Isso significa a necessidade de questionar, nos textos, a perspectiva de gênero. Portanto, as ideologias linguísticas podem funcionar tanto como reforço das desigualdades sociais como, ao contrário, a favor de mudanças sociais.

Conclusão

Neste artigo, nosso objetivo foi debater o conceito de ideologia linguística no contexto contemporâneo, em que diferentes níveis, dimensões ou escalas organizam o uso linguístico, com destaque para o papel da reflexividade (Chouliaraki, Fairclough 1999). Adotamos uma abordagem crítica em que buscamos não distinguir a análise de discurso da sociolinguística, apesar de reconhecermos diferenças entre esses campos teóricos; por exemplo, a proposta de análise textual detalhada existente na Análise de Discurso Crítica é pouco frequente na sociolinguística.

O foco em questões contemporâneas adotado aqui contemplou a comunicação via *WhatsApp*, na campanha “O Verde É Nosso”; diferentes escalas na educação especial; a intolerância nas relações sociais; e diferentes perspectivas nas desigualdades sociais, inclusive de gênero. Com as análises apresentadas, ressaltamos a mobilidade contemporânea dos signos, daí a necessidade de examinar uma variedade de textos *online* e *offline*. Entretanto, se considerarmos a presença tecnológica na vida social contemporânea, não mais existe uma separação clara entre esses textos. De fato, todos os textos analisados são tecnológicos, mediados pela escrita ou pelo uso de um *smartphone*.

A análise dos textos destacou a relevância do foco nas ideologias linguísticas na campanha “O Verde É Nosso”, nas diferentes escalas da educação especial, nos gêneros discursivos da educação inclusiva e na ordem do discurso dominada pela intolerância e pelas desigualdades nas relações sociais. Nossa principal conclusão é que as ideologias linguísticas, que analisamos nesses textos, devem ser investigadas em contextos sociais diversificados, pois elas podem esclarecer tanto a reprodução quanto a mudança no discurso. A reprodução social foi examinada em profundidade na obra de Bourdieu (1991) e de Souza (2015), enquanto o estudo da mudança discursiva é um foco importante da Análise de Discurso Crítica (Fairclough 2010; Magalhães 2017). Tanto em um caso quanto no outro, os elementos simbólicos são fundamentais na construção das relações e das práticas sociais contemporâneas. Essa relação certamente passa pelo discurso e pelo poder como elementos das práticas.

O foco nas ideologias linguísticas nos permite entender melhor aspectos da reprodução e da mudança discursiva, que outras análises deixariam de considerar. Os elementos semióticos da prática social estão impregnados de ideologias linguísticas, independentemente de estarem ligados à reprodução ou à mudança discursiva.

Notas

- 1 Todas as traduções, neste artigo, são nossas.
- 2 Veja, também, Giraud (2014).
- 3 A prática social do tipo mosaico é fragmentada, implicando negociação e combinação de novos discursos: “quando as convenções não podem mais ser consideradas como dadas, há uma necessidade consequente de os agentes negociarem (quase sempre implicitamente) a quais elementos do discurso deve-se recorrer” (Fairclough 2016: 285).
- 4 www.unicef.org acesso em 9 de fevereiro de 2018.
- 5 www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf acesso em 9 de fevereiro de 2018.
- 6 www.portal.mec.gov.br/seesp/pdf/revinclusao5 acesso em 12 de fevereiro de 2018.
- 7 *Inclusão: Revista de Educação Especial*, 4 (1): 7-17, 2008.
- 8 Projeto Integrado “Múltiplos Letramentos, Identidades e Interdisciplinaridades no Atendimento Educacional à Pessoa com Deficiência” (CNPq, 2010 – 2014), coordenado por Izabel Magalhães.

Referências

- Bakhtin, M. (1997)** *Estética da criação verbal*. 2ª ed. Trad. M. E. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.
- Barton, D.; Lee, C. (2015)** *Linguagem online: textos e práticas digitais*. Trad. M. C. Mota. São Paulo: Parábola.
- Beck, U.; Giddens, A.; Lash, S. (1994)** *Reflexive modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order*. Cambridge: Polity Press.
- Blommaert, J. (2005)** *Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2008) *Grassroots literacy*. Abingdon, Oxon: Routledge.
- _____. (Org.) (1999) *Language ideological debates*. Berlim: Mouton de Gruyter.
- _____. (2010) *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____; **Rampton, B. (2011)** Language and superdiversity. *Diversities*, 13 (2): 1-22.
- Bourdieu, P. (1991)** *Language and symbolic power*. Trad. G. Raymond; M. Adamson. Cambridge: Polity Press.

Brasil. Declaração de Salamanca

www.portal.mec.gov.br/seesp/pdf/revinclusao5. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

Cameron, D. (1995) *Verbal hygiene*. Londres: Routledge.

Chouliaraki, L.; Fairclough, N. (1999) *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press.

Creese, A.; Takhi, J. K.; Blackledge, A. (2017) Reflexivity in team ethnography. In: Martin-Jones, M.; Martin, D. (Orgs.) *Researching multilingualism: critical and ethnographic perspectives*. Abingdon, Oxon: Routledge, pp. 203-214.

De Fina, A.; Ikizoglu, D.; Wegner, J. (Orgs.) (2017) *Diversity and superdiversity: sociocultural linguistic perspectives*. Washington, D. C.: Georgetown University Press.

Fairclough, N. (2001) The dialectics of discourse. *Textus*, 14: 231-242.

_____. (2003) *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge.

_____. (2006) *Language and globalization*. Abingdon, Oxon: Routledge.

_____. (2009) A dialectical-relational approach to Critical Discourse Analysis. In: Wodak, R.; Meyer, M. (Orgs.) *Methods of Critical Discourse Analysis in social research*. 2a ed. Londres: Sage Publications, pp. 162-186.

_____. (2010) *Critical Discourse Analysis*. 2ª ed. Harlow: Pearson Education Limited/Longman [1995].

_____. (2016) *Discurso e mudança social*. 2ª ed. Coord. trad., revisão e prefácio à ed. bras. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Fiorin, J. L. (1998) *Linguagem e ideologia*. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática.

Foucault, M. (1996) *A ordem do discurso*. Trad. L. F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola [1971].

Gal, S.; Woolard, K. A. (1995) Constructing languages and publics: authority and representation. *Pragmatics*, 5: 155-166.

Gardner, S.; Martin-Jones, M. (Orgs.) (2012) *Multilingualism, discourse and ethnography*. Abingdon, Oxon: Routledge.

Giddens, A. (1991) *Modernity and self-identity*. Cambridge: Polity Press.

Giraud, A. C. B. (2014) Discursos e estilos de docentes de língua francesa face à globalização. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará (tese de Doutorado).

-
- Gray, J. (1995)** *Homens são de Marte mulheres são de Vênus: um guia prático para melhorar a comunicação e conseguir o que você quer nos seus relacionamentos*. 12ª ed. Trad. A. Jordão. Rio de Janeiro: Rocco.
- Gumperz, J. J. (1982)** *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Harvey, D. (1996)** *Justice, nature and the geography of difference*. Londres: Blackwell.
- Holanda, M. T. de C.; Batista, F. B. (Orgs.) (2008)** *Educação e saúde: promoção da cidadania em espaço sustentável*. Fortaleza: Recanto Psicopedagógico.
- Hymes, D. (1996)** *Ethnography, linguistics, narrative inequality: towards an understanding of voice*. Londres: Taylor & Francis.
- Konder, L. (2002)** *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kress, G. (2010)** *Multimodality*. Abingdon, Oxon: Routledge.
- Magalhães, I. (1991)** Discurso da mulher à nova Constituição do Brasil. In: Monclaire, S. (Org.) *A Constituição desejada: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Centro Gráfico, p. 143-186.
- _____. (2003) Análisis crítico del discurso e ideología de género en la Constitución brasileña. In: BERARDI, L. (Org.) *Análisis Crítico del Discurso: perspectivas latinoamericanas*. Santiago: Frasis, p. 17-50.
- _____. (2009) Gênero e discurso no Brasil. *Discurso&Sociedad*, 3(4): 714-737. <http://www.dissoc.org> acesso em 20 de fevereiro de 2018.
- _____. (Org.) (2012) *Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- _____. (2013) Agenciamento e exclusão no atendimento educacional a estudantes com deficiência. In: Pinto, J. P.; Fabrício, B. F. (Orgs.) *Exclusão social e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias*. Goiânia, GO: Cãnone Editorial, p. 355-368.
- _____. (2016) Atendimento Educacional Especializado (AEE): gêneros discursivos e letramentos. Palestra no *Congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos.
- _____. (2017) Protagonismo da linguagem: textos como agentes. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 17 (4): 575-598.
- _____; **Martins, A. R.; Resende, V. de M. (2017)** *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- Makoni, S.; Pennycook, A. (Orgs.) (2007)** *Disinventing and reconstituting languages*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Mannheim, K. (1936)** *Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge*. Trad. L. Wirth, E. Shils. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Martin, D. (2012)** A critical linguistic ethnographic approach to language disabilities in multilingual families. In: Gardner, S.; Martin-Jones, M. (Orgs.) *Multilingualism, discourse and ethnography*. Abingdon, Oxon: Routledge, p. 305-318.
- Martin-Jones, M.; Gardner, S. (Orgs.) (2012)** Introduction: multilingualism, discourse and ethnography. In: Gardner, S.; Martin-Jones, M. (orgs.) *Multilingualism, discourse and ethnography*. Londres/Nova York: Routledge, p. 1-15.
- Martin-Jones, M.; Martin, D. (Orgs.) (2017)** *Researching multilingualism: critical and ethnographic perspectives*. Abingdon, Oxon: Routledge.
- Marx, K.; Engels, F. (1970)** *The German ideology. Part 1*. Org. C. J. Arthur. Londres: Lawrence and Wishart.
- Menard-Warwick, J. (2009)** *Gendered identities and immigrant language learning*. Bristol: Multilingual Matters.
- Phillipson, R. (1992)** *Linguistic imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Sato, D. T. B.; Magalhães, I.; Batista Júnior, J. R. L. (2012)** Desdobramentos recentes da educação inclusiva no Brasil: discursos e práticas de letramento. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 12 (4): 699-724.
- Schieffelin, B. B.; Woolard, K. A.; Kroskrity, P. V. (Orgs.) (1998)** *Language ideologies: practice and theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Smith, D. (1990)** *Texts, facts and femininity: exploring relations of ruling*. Londres: Routledge.
- Sousa Santos, B. de. (2010)** *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13ª ed. São Paulo: Cortez.
- Souza, J. (2015)** *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa.
- Thompson, J. B. (1990)** *Ideology and modern culture*. Cambridge: Polity Press.
- _____. (1998) *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Trad. P. A. Guareschi et al. Petrópolis: Vozes [1995].

UNICEF. Declaração de Jomtien. www.unicef.org. Acesso em 9 de fevereiro de 2018.

Vertovec, S. (2007) Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, 30 (6): 1024-1054.

White, P. R. R. (2011) Appraisal. In: Zienkowski, J.; Östman, J.-O.; Verschueren, J. (Orgs.) *Discursive pragmatics*. Amsterdã: John Benjamins, p. 14-36.

Nota biográfica



Izabel Magalhães obteve seu Doutorado na Universidade de Lancaster, Reino Unido, instituição em que também realizou estudos de Pós-Doutorado (1993/1994). É ex-coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade. Publicou artigos em diversos periódicos nacionais e internacionais, e os seguintes livros: *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa* (com Martins e Resende, 2017); *Discurso, gênero e educação* (com Leal, 2003); *Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico* (2000); *As múltiplas faces da linguagem* (1996). Atualmente, é Professora Visitante na Universidade Federal de Goiás, Pesquisadora Colaboradora da Universidade de Brasília e Pesquisadora 1 do CNPq.
E-mail: mizabel@uol.com.br